

1 **ATA DA 3ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INSTRUMENTOS LEGAIS E DE**
2 **GESTÃO – CTIL-G – 2016.**

3 Ao cinco dias do mês de maio de 2016, às 14h06min, o Comitê das Bacias Hidrográficas
4 dos Rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - Comitê Guandu -, deu início à 2ª Reunião,
5 na Sala de Reuniões do Comitê Guandu, na UFRRJ, tendo como pauta os seguintes
6 assuntos: 1 – Aprovação da ata da reunião anterior (03.03.16); 2 Aprovação da ata da
7 reunião conjunta (07.04.16); 3 – Elaboração da minuta de resolução que autoriza a
8 Agência a gerenciar os recursos da subconta do Comitê Guandu, no FUNDRHI; 4 –
9 Elaboração da minuta de resolução que cria a Comissão Eleitoral (CECG) para o mandato
10 2017/2018; 5 – Discussão sobre a alteração da metodologia da cobrança pela utilização da
11 água bruta na área de atuação do Comitê Guandu: a) Apresentação sobre a metodologia
12 do Estado do Ceará; b) Apresentação sobre a metodologia do Estado de São Paulo; 6 –
13 Assuntos Gerais. **1** - O coordenador, Paulo de Tarso (FIRJAN), solicitou a aprovação da
14 ata da reunião anterior. Os presentes fizeram a leitura das minutas, começando pelo texto
15 de 03.03.2016. Após contribuições, os presentes aprovaram a minuta. **2** - Os presentes
16 iniciaram a leitura da minuta de ata da reunião conjunta (07.04.2016). Fátima Rocha
17 (AGEVAP) sugeriu abrir a ata aprovada pelos membros da CTEG, pois achava melhor
18 fazer as observações em cima da ata já modificada. Após contribuições, os membros
19 indicaram a aprovação da minuta de (07.04.2016). **3**- Neste momento Paulo de Tarso
20 iniciou o item três da pauta: Elaboração da minuta de resolução que autoriza a Agência a
21 gerenciar os recursos da subconta do Comitê Guandu, no FUNDRHI. Caroline Lopes
22 (AGEVAP) iniciou a apresentação explicando como funciona o fluxo de repasse dos
23 recursos dos FUNDRHI à AGEVAP. De acordo com Caroline, neste ano ainda não ocorreu
24 o repasse dos recursos à Agência e que atualmente está com pouco recurso em caixa,
25 informando ainda que houve uma reunião da AGEVAP com os diretores do Comitê
26 Guandu para que se utilizem os recursos referentes aos rendimentos, que estão em caixa
27 e são oriundos de projetos não executados, para manter o custeio da agência até
28 dezembro de 2016. A diretoria do Comitê aprovou o uso dos recursos enquanto a situação
29 não se regularizar. O montante liberado para utilização com custeio da entidade
30 delegatária referente ao sétimo ano do contrato de gestão é de R\$1.834.402. Caso a
31 situação não se normalize em 2017 a AGEVAP poderá utilizar o recurso destinado a
32 concepção e implantação do Programa Observatório da Bacia, no valor de R\$
33 2.620.000,00 (dois milhões, seiscentos e vinte mil reais), já depositados em sua conta.
34 Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi) quis saber como será feito quando o Estado
35 repassar as verbas para a AGEVAP. Ela acha que o Estado do Rio de Janeiro pode não
36 devolver 100% da verba do Fundrhi. Paulo de Tarso (FIRJAN) sugeriu que o Comitê
37 Guandu faça um pedido para que o Estado devolva os 30% do Comitê que não são
38 utilizados em saneamento básico e estão retidos no Fundrhi. Caroline Lopes disse que são
39 duas fontes diferentes de recursos destinados à Agência: Que tem o repasse destinado à
40 AGEVAP referente ao contrato de Gestão e o que é repassado referente aos projetos do
41 Comitê. A mesma concordou com ambos que nem todo o dinheiro que está retido no
42 Fundrhi referente à cobrança pelo uso da água poderá ser repassado a AGEVAP, mas que
43 o dinheiro referente ao contrato de gestão que está atrasado será pago de forma integral.
44 Caroline Lopes (AGEVAP) disse que a situação é muito grave, pois os recursos de projetos
45 que já estão em funcionamento, tal como o PAF, ainda não foram repassados. Fátima
46 Rocha (AGEVAP) iniciou a apresentação da minuta de resolução que autoriza a AGEVAP
47 a gerenciar os recursos da subconta do Comitê Guandu, no FUNDRHI. Franziska Huber
48 (FAETERJ - Paracambi) sugeriu colocar na resolução a partir de quando não está

49 ocorrendo o repasse dos recursos do FUNDRHI à Agência. Ela enfatizou que se deve
50 colocar que a AGEVAP não está recebendo o repasse desde dezembro de 2015.
51 Franziska ainda reafirmou sua preocupação em relação ao Estado não repassar o valor
52 integral, pois se não está pagando o regular, é provável que não repasse o atrasado de
53 forma integral e que isso traga algum problema jurídico para a AGEVAP e Comitê Guandu.
54 Caroline Lopes (AGEVAP) falou da sugestão do diretor executivo do Comitê Guandu,
55 Décio Tubbs, para que a Agência possa remanejar o dinheiro para outros projetos.
56 Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi) falou que isso já foi debatido no Projeto de Lei
57 que está tramitando na ALERJ e foi apresentado ao Comitê. Paulo de Tarso (FIRJAN)
58 falou que é favorável ao repasse dos recursos para a AGEVAP, pois sem a utilização dos
59 recursos para o custeio da agência, o Comitê Guandu pode fechar as portas. Ainda de
60 acordo com Paulo isso deve ser feito para que o Comitê sobreviva enquanto o Estado não
61 repassa o valor do contrato de gestão e, principalmente, o dos projetos Franziska Huber
62 (FAETERJ - Paracambi) também afirmou ser favorável à utilização dos recursos de
63 projetos no custeio da Agência, mas acha que o Estado não vai pagar o retroativo atrasado
64 e que isso precisa ser bem definido para não trazer complicações jurídicas. Caroline Lopes
65 (AGEVAP) leu uma sugestão do Diretor Executivo do Comitê Guandu, Décio Tubbs, que
66 diz: permitir que as entidades delegatárias, contratadas para o exercício das funções de
67 agência de água, juntamente com o respectivo comitê realizem reajustes nos programas
68 de trabalhos plurianuais objetivando a continuidade dos projetos já implementados e
69 considerados prioritários para a região hidrográfica, com base no plano de bacia
70 hidrográfica ou documento similar, e nos valores já depositados em suas contas. Paulo de
71 Tarso (FIRJAN) disse que essa resolução será aprovada em caráter emergencial, pois se
72 esperar até a próxima plenária pode ser que não dê tempo. Mas que a partir de agora tudo
73 deve ser aprovado pela Plenária. Franziska Huber reafirmou que isso deveria se tornar
74 público ou então elaborar um mandato de segurança junto ao Fundrhi para garantir o
75 repasse do recurso destinado a Agência. Caroline Lopes (AGEVAP) disse que na próxima
76 reunião pode passar um parecer em relação à proposta, pois irá encaminhar ao jurídico da
77 AGEVAP as sugestões recebidas. Magno Rosa (EMATER) concordou com a minuta de
78 resolução e afirmou que participa de outros colegiados e se observa que não há a
79 estrutura necessária para a realização das atividades com o a que é oferecida pela
80 secretaria executiva do Guandu. Desta forma, sem a AGEVAP, o Comitê Guandu não
81 funcionaria. O mesmo ainda sugeriu que os membros façam uma moção de apoio à
82 AGEVAP. Franziska Huber disse que os envolvidos no ECOB (Fórum Fluminense)
83 deveriam se envolver nisso e cobrar o repasse dos recursos do FUNDRHI as agências de
84 bacia. Rinaldo Rocha (Light) disse que acha que a situação financeira do Governo do
85 Estado não deve ser resolvida em 2016, talvez para o próximo ano. E que a aprovação é
86 de vital importância para a agência. A minuta da resolução foi aprovada e o coordenador
87 Paulo de Tarso (FIRJAN) passou para o próximo item da pauta. **4 - Fátima Rocha**
88 (AGEVAP) iniciou a apresentação da minuta de resolução que cria a Comissão Eleitoral
89 (CECG) para o mandato 2017/2018. A minuta foi aprovada. Neste momento iniciou-se o
90 item **5** da pauta. Discussão sobre a alteração da metodologia da cobrança pela utilização
91 da água bruta na área de atuação do Comitê Guandu: Caroline Lopes (AGEVAP) explicou
92 que irá apresentar somente a metodologia de cobrança do Estado de São Paulo e que
93 deixará a metodologia do Estado do Ceará para a próxima reunião. Paulo de Tarso sugeriu
94 pontuar as fórmulas trazidas às reuniões para que, ao final do ciclo de apresentações, a
95 CTIL-G possa analisar as que melhor se encaixam à realidade da bacia. Caroline Lopes
96 (AGEVAP) apresentou um histórico sobre o uso da cobrança da água na Bacia dos Rios

97 Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ- SP). Em seguida explicou que irá apresentar os
98 parâmetros utilizados para elaborar as diversas fórmulas de cobrança que existem na
99 Bacia do PCJ, tais como por captação, pelo uso da água entre outras. Caroline (AGEVAP)
100 apresentou a fórmula da cobrança por captação da água nas Bacias PCJ. Ela afirmou que
101 acha válido cobrar um valor diferente de acordo com o nível dos reservatórios. E deu como
102 exemplo o Estado do Ceará que cobra o valor de acordo com o nível da água nos
103 reservatórios. Paulo de Tarso (Firjan) disse que é preciso analisar quem está fazendo o
104 uso da água de forma adequada. E que esses não devem ser cobrados e pagar a mesma
105 coisa que o usuário que não faz o uso de forma correta e com dignidade. Caroline Lopes
106 retomou sua apresentação e explicou a fórmula da cobrança pelo uso da água. De acordo
107 com ela, a Bacia do PCJ tem mais de 20 metodologias de cobrança pelo uso da água.
108 Franziska Huber (FAETERJ - Paracambi) disse que é preciso valorizar a qualidade da
109 água, do efluente e vermos a nossa realidade (Comitê Guandu) para encontrarmos três ou
110 quatro fórmulas de metodologias de cobrança. Paulo de Tarso (Firjan) perguntou se terá
111 como cadastrar e cobrar pequenos usuários de água. Caroline Lopes falou que somente o
112 trabalho de levantar e cadastrar pequenos usuários levará mais de um ano. Magno
113 (EMATER) sugeriu começar a ver esses proprietários através do Cadastro Ambiental Rural
114 (CAR). Caroline Lopes encerrou sua apresentação e pediu colaboração dos membros.
115 Franziska Huber falou que achou a fórmula muito complexa. Paulo de Tarso (Firjan) falou
116 que é preciso ver a fórmula de acordo com as necessidades do Comitê Guandu além de
117 analisar o cadastro e perfil dos usuários da água. Somente após essa análise elaborar a
118 fórmula de cobrança do Comitê Guandu. Caroline Lopes (Agevap) afirmou que temos
119 muitos usuários pequenos, que não consomem quantidade significativa, mas que os
120 grandes usuários, que são as indústrias, são poucos- Franziska Huber disse que a fórmula
121 do Comitê Guandu deve considerar a transposição. Rinaldo Rocha (Light) afirmou a
122 cobrança pela transposição da água não deve entrar na fórmula do Guandu, pois é o
123 Guandu que recebe a água transposta pela Light e que o Setor Elétrico já paga por meio
124 da CFURH. Franziska reafirmou que deve cobrar um valor por transposição e assim o
125 Comitê deixaria de pagar os 20 % para a CEIVAP e pagar apenas o valor que tiver na
126 fórmula destinada à transposição. Caroline Lopes (AGEVAP) disse que para isso seria
127 preciso ter um diálogo com a CEIVAP e alterar a Lei que envolve questões ligadas ao
128 repasse. Caroline ainda sugeriu ter uma cobrança diferenciada de acordo com o nível do
129 reservatório. Paulo de Tarso (Firjan) disse que é preciso fazer um recadastramento dos
130 usuários. Caroline Lopes (AGEVAP) concordou e disse que a fórmula só poderia entrar em
131 vigor somente após ter o perfil dos usuários e ver a realidade do Comitê Guandu. Paulo
132 solicitou trazer na próxima reunião o levantamento dos usuários, para que se possa
133 analisar o perfil dos mesmos. Assuntos Gerais, Fátima Rocha informou a data do IV
134 ECOB, a ser realizado de 17 a 19 de maio, em Campos dos Goytacazes – RJ. Paulo de
135 Tarso (Firjan) perguntou se o Comitê Guandu faz parte do conselho da APA. Fátima Rocha
136 (AGEVAP) afirmou que não existe conselho formado, não acontecendo, portanto, as
137 reuniões. Paulo de Tarso (Firjan) afirmou que precisa levar um encaminhamento sobre o
138 conselho da APA para a Firjan, para que o jurídico se movimente para agilizar o processo
139 de criação do conselho da APA Guandu. Rinaldo Rocha (Light) disse que é necessário
140 verificar a existência do conselho da APA Guandu e se o Comitê Guandu apenas recebe
141 as informações sobre as decisões tomadas. **Como lista de encaminhamentos, segue: 1**
142 **– Verificar na PL FUNDRHI apresentada na CTIL-G de 04/fev/16, respaldo para o**
143 **remanejamento dos recursos para os projetos. 2 – Solicitar parecer sobre ações**
144 **jurídicas a serem tomadas para tornar público à ALERJ e ao Ministério Público, o**

145 **problema dos repasses, dentre outras, mandado de segurança, moção de apoio à**
146 **AGEVAP. 3 – Solicitar parecer jurídico para elaboração de liminar solicitando que o**
147 **repasso da cobrança seja realizado diretamente à AGEVAP. 4 - Levar, na próxima**
148 **reunião, a relação de usuários para estudar o perfil da cobrança na Bacia do**
149 **Guandu, antes da apresentação do modelo de outro estado. O Coordenador Paulo de**
150 **Tarso (FIRJAN) questionou se haveria algo a acrescentar. Não havendo, agradeceu a**
151 **presença de todos e encerrou a reunião às 16h21min. Eu, Thiago Maia, tomei a termo esta**
152 **ata, que segue assinada pelos membros abaixo.**

153
154 Paulo de Tarso (FIRJAN): _____

155 Rinaldo Rocha (LIGHT): _____

156 Daniel Broto (UVA): _____

157 Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi): _____

158 Andreia Loureiro (Prefeitura de Queimados): _____

159 Magno Roza (EMATER-RJ): _____

160

161 Membros Presentes:

162 **Usuários:** Paulo de Tarso (FIRJAN); Rinaldo Rocha (LIGHT);

163 **Sociedade Civil:** Daniel Broto (UVA), Franziska Huber (FAETERJ-Paracambi),

164 **Governo:** Andreia Loureiro (Prefeitura de Queimados); Magno Roza (EMATER-RJ)

165

166 Membros Ausentes:

167 **Usuários:** Amisterdan Ribeiro (SIMARJ); Carolina Martins Peixoto (CEDAE)

168 **Sociedade Civil:** Fernando Ribeiro (CI- Brasil); Iran Bittencourt (ITPA)

169 **Governo:** Tayani dos Santos Velasco (Prefeitura de Seropédica); José Arnaldo Oliveira
170 (Prefeitura de Japeri).

171

172 Convidados: William Weber (jornalista); Cristiano Alves Ferreira (FAETERJ-Paracambi),

173 Taiana Oliveira e Silva (FAETERJ-Paracambi).